

Do pensamento comunicacional latino-americano a um curso de graduação em Educomunicação: renovações e avanços na perspectiva do paradigma educacional¹

Cláudio MESSIAS²

Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, PB

RESUMO

O cerne epistemológico da área do conhecimento denominada Educomunicação advém, em síntese, do pensamento comunicacional latino-americano, que resiste, especialmente a partir dos anos 1960, à aceitação eurocêntrica e imperialista norte-americana acerca de uma cristalizada e quase que irreversível passividade dos povos do Novo Continente. Consoante-se, pois, mídia, na América Latina, na contramão da ordem dominante, movimento que os cursos de Comunicação Social não tiveram suficiência de mensurar por formar egressos prioritariamente para o mercado e, por conseguinte, para a hegemonia dos grandes grupos de comunicação. É proposta desse trabalho apontar que nessa brecha encontra-se o bacharelado em Educomunicação na Universidade Federal de Campina Grande, na Paraíba, uma vez que sua proposta de formação de egressos visa a comunicadores que considerem a audiência enquanto coletivo de sujeitos genuinamente latino-americanos, com suficiência de rompimento incessante de visão de mundo, conforme a reorganização de gestão dos grandes grupos de mídia.

PALAVRAS-CHAVE: Paradigma educacional; pensamento latino-americano; contra-hegemonia; neocolonialismo

Introdução

No início da segunda metade do século passado as pesquisas de comunicação começaram a considerar o paradigma que revia a condição de passividade do sujeito social que compõe a audiência. Estudiosos estabelecidos na América Latina faziam uma releitura acerca da relação hegemônica formulada por emissores de conteúdo que, mediante persuasão, utilizam-se dos meios para estabelecer consumo aos receptores.

Na percepção do boliviano Luis Ramiro Beltrán há uma condição não passiva na audiência, especialmente se considerado o contexto em que os latino-americanos resistem, enquanto ex-colônias, à hegemonia dos blocos econômicos situados na Europa e na América do Norte. Na perspectiva do colombiano Jesús Martín-Barbero a audiência é ressignificadora de sentidos, com discernimento suficiente para não somente

¹ Trabalho apresentado no GT Pensamento Comunicacional, do PENSACOM BRASIL 2016.

² Doutor em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Docente na Unidade Acadêmica de Arte e Mídia da UFCG. Coordenador de graduação/diurno do bacharelado Comunicação Social com linha de formação em Educomunicação. e-mail: claudio.messias@ufcg.edu.br.

resistir, mas contestar os conteúdos com os quais discorda. O brasileiro Ismar de Oliveira Soares, avante, compreende os sujeitos da recepção como interlocutores dos processos comunicativos, com protagonismo que os coloca, mediante aos pressupostos de uma comunicação e uma educação libertadoras, de Paulo Freire, como produtores de conteúdos que fazem a hegemonia rever suas estratégias de persuasão.

Essa forma tríade de compreender o pensamento comunicacional latino-americano nos faz, desde 2017, conceber o que conceituamos como sendo o paradigma educomunicativo³. Nesse pressuposto, o sujeito social que compõe a audiência é legitimamente ativo, e não estático, nos processos comunicacionais e, muito mais que isso, com o advento de múltiplas plataformas de interação propiciadas pela tecnologia digital, torna-se legítimo produtor de conteúdos, situação que propicia condições de cisão de visão de mundo determinada pela ordem dominante.

Esse trabalho considera a perspectiva de que as interações recíprocas entre meios e sujeitos da audiência alteram sobremaneira a ordem de construção de discursos. É fato, pois, que os estudos de comunicação têm, necessariamente, de considerar que os conteúdos das mensagens, para chegar ao público, perpassam por contextos de letramento. Se antes, no final do século passado, bastava ligar aparelhos de rádio e TV ou abrir páginas impressas de jornal para consumir conteúdos carregados de persuasão, agora é condição primordial que se saiba minimamente a linguagem das máquinas para, assim, figurar a arena de interações em que se situa o fluxo comunicacional.

O paradigma educomunicativo, nesse contexto, não considera outra situação senão aquela em que os sujeitos da audiência estejam passíveis permanentemente a rompimento com a visão de mundo imposta, em forma de consumo, pela hegemonia (GRAMSCI, 1986). O que significa dizer que estejamos, atualmente, sob dois aspectos de consideração acerca do que pode ser denominado fato/notícia. Ambos ficam envoltos no conceito de verdade, de maneira que seja notícia o que a mídia hegemônica divulga, e notícia falsa aquilo que é divulgado fora do crivo do jornalismo.

Nesse período nebuloso de questionamento acerca da verdade ocorre, no campo da comunicação, a consolidação de um curso de nível superior cujo propósito é, desde 2010, formar comunicadores que considerem situações diversas de letramento da

³ Esse é o objeto de nossa tese de doutoramento, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da ECA/USP em 20 de fevereiro de 2017.

audiência, em especial no tocante ao lidar com as mídias digitais. Nascido sob a denominação de bacharelado em Comunicação Social com linha de formação em Educomunicação, esse curso oferecido pela Universidade Federal de Campina Grande, na Paraíba, está passando por renovação de reconhecimento junto ao INEP/MEC⁴ e, em trâmites internos, por atualização de Projeto Político Pedagógico de Curso, assumindo a nomenclatura de bacharelado em Educomunicação.

A proposta, em síntese, é reunir subsídios de formação a egressos reconhecedores da forma autônoma com que os sujeitos da audiência se relacionam com os conteúdos midiáticos que consomem e produzem. O pressuposto epistemológico, nesse ínterim, contempla a democratização tanto nas formas de produzir conteúdos quanto na compreensão da audiência como passível, permanentemente, de mudança nas formas de encarar sua relação com aquilo que determina a ordem dominante.

Considerações acerca do conceito pós-verdade

O trabalho está considerando a assertiva de que o conceito sobre pós-verdade, transformado em verbete de dicionário de significados pela Universidade de Oxford, no Reino Unido, no ano de 2016, advém de fenômenos presentes no universo das comunicações, e, conforme D’Ancona (2018), tão rápido quanto sua significação formal está sendo a distorção presente na construção de sentidos relacionada ao que seja, hoje, a notícia. Temos, pois, uma audiência que de receptora passiva dos conteúdos produzidos pelos veículos de comunicação - perfil que as pesquisas identificaram na segunda metade do século passado - tornou-se interlocutora nesses processos comunicacionais e, enfim, assumiu o posto de também produzir aquilo que é consumido pela massa, tornando-se, ela própria, protagonista.

Necessário, entendemos, revisitarmos os estudos que dão estrutura para a Escola Crítica Latino-americana de Comunicação concebida por José Marques de Melo. Repensar hegemonia e contra-hegemonia no contexto da gestão da comunicação (BACCEGA, 2002), sob a premissa de que transformações sociais e políticas que incidem em nações tanto americanas como europeias podem, ainda, ser ecos de períodos não-democráticos

⁴ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas em Educação “Anísio Teixeira”, vinculado ao Ministério da Educação.

tidos como superados mas ainda informalmente intrinsecados em grupos sociais com baixo ou nenhum letramento, ou, destarte, providos de formação.

Veem-se grupos de comunicação articulando a manutenção de uma hegemonia de controle de conteúdos de maneira que, conforme nossa hipótese, reduza-se o conceito de verdade, de veracidade, quando o conteúdo noticiado provém da audiência. Nesse sentido há o contraditório discurso midiático de desmerecer, em crédito, as notícias originárias das redes sociais, mediante uso das mídias digitais, ao passo em que são essas mesmas plataformas o território que, responsável pelo declínio de audiência principalmente no meio televisão, está, na atualidade, sendo amplamente explorado por tais grupos de comunicação.

Citamos como parâmetro que confirma nossa proposta de reflexão, aqui nesse trabalho, a Pesquisa Brasileira Mídia 2016⁵, mostrando que 63% de 15.050 pessoas entrevistadas nas cinco regiões administrativas do Brasil afirmam ficar informadas sobre o que acontece no próprio país através da televisão. O segundo recurso mais citado como fonte de informação é a internet, com 26%. Juntos, os meios rádio e jornal totalizam 10% nessa mesma perspectiva de levantamento. Sete a cada dez entrevistados que afirmam informar-se pela TV admitem consumir esse meio nos 7 dias da semana.

A valia dessa pesquisa nacional sobre consumo de mídia pode ser potencializada pelo fato de, pela primeira vez, um levantamento do gênero mensurar o índice de confiabilidade dos consumidores midiáticos ante aos veículos produtores de conteúdos. A divulgação do balanço ocorreu em agosto de 2016, ou seja, meses antes de o dicionário Oxford escolher “pós-verdade” como verbete do ano e com coleta de dados – feita em abril - ainda não influenciada por fatos políticos como o plebiscito que decidiu pela saída do Reino Unido da União Europeia e a eleição de Donald Trump presidente dos Estados Unidos.

O brasileiro, segundo a pesquisa, confia “sempre” nos meios menos citados entre os preferidos, como rádio e jornal, quando recebe notícias em seu cotidiano. Ao todo, 29% atribuem credibilidade total ao que ouvem nas emissoras de rádio e ao que leem nas páginas dos jornais. Em sentido inverso, os veículos de comunicação menos confiáveis são a televisão (8%) e a internet (22%, em média).

⁵ Levantamento anual desenvolvido pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, com aplicação do serviço Ibope Inteligência.

O sujeito social ‘audiência’, portanto, ao mesmo tempo em que produz conteúdos e torna-se protagonista na gestão dos processos comunicacionais contemporâneos, demonstra discernimento com relação ao fluxo de informações que circula em plataformas como as redes sociais. E, há de se ressaltar, continua, enquanto massa consumidora, sob a alça de mira dos grupos hegemônicos de comunicação, porém mantendo uma tendência, registrada desde a década passada, de menor adesão à televisão e, o que é novidade, dividindo o consumo dessa, simultaneamente, com o acesso à internet, principalmente mediante uso de mídias digitais.

A perspectiva de formação em Educomunicação

A iniciativa por criar um curso situado na inter-relação entre os campos da comunicação e da educação partiu da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, nos anos 1990. O projeto, assinado por teóricos como Ismar de Oliveira Soares, Adílson Odair Citelli, Maria Aparecida Baccega e Maria Cristina Castilho Costa, mensurava a formação de cidadãos cuja ação, no espaço da educação formal, situasse sujeitos em letramento ante a uma realidade em que, dentro de sua própria ação, refletissem criticamente acerca da construção persuasiva de discurso das mídias.

Colocado e retirado de pauta em ocasiões diversas (MESSIAS, 2011), o projeto pedagógico desse curso da USP começou com grau de formação em licenciatura em Comunicação e Educação, migrou para bacharelado e, quando aprovado pelo Conselho Universitário, em 2009, foi denominado licenciatura em Educomunicação. Os pressupostos epistemológicos eram oriundos das pesquisas desenvolvidas no Núcleo de Comunicação e Educação da ECA/USP, fonte na qual a Universidade Federal de Campina Grande bebeu para a formulação, em 2009, da primeira proposta de criação de um bacharelado em Educomunicação. Quando implantado enquanto demanda do programa de reestruturação e expansão de cursos por universidades federais Reuni⁶, esse curso foi alocado na Comunicação Social, ganhando a condição de linha de formação em Educomunicação.

Enquanto demanda do Reuni o novo bacharelado da UFCG precisou atender a alguns pressupostos norteadores, diferenciando, tal qual ocorreu na USP, as versões inicial e

⁶ Programa instituído pelo decreto 6.096, de 24 de abril de 2007, e implantado em 2010, com o objetivo de ampliar o acesso e a permanência no ensino superior público do país.

definitiva do Projeto Político Pedagógico de Curso. Da síntese acolhida a partir do arcabouço teórico do NCE da Universidade de São Paulo o PPC da universidade paraibana ganhou adequação para formar em grau de bacharelado. Estava, pois, condicionado a atender ao que o MEC definia como Bacharelados Interdisciplinares (BIs).

Na perspectiva das políticas públicas norteadas pelo Reuni um curso como o de Comunicação Social com linha de formação em Educomunicação da UFCG teria de estar organizado dentro de grandes áreas do conhecimento, como, no caso, a Comunicação, por sua vez situada nas Ciências Sociais, por envolver campos de saberes, práticas, tecnologias e conhecimentos definidos de modo amplo e geral em termos de afinidade de seus objetos, métodos cognitivos e recursos instrumentais. Bacharelado com essa perspectiva, outrossim, proporciona formação com foco na interdisciplinaridade e no diálogo entre áreas do conhecimento e entre componentes curriculares, estruturando as trajetórias formativas na perspectiva de uma alta flexibilização curricular.

Há pontos coincidentes entre aquilo que preconizam os Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares⁷, do MEC, e a primeira versão do PPC de Comunicação Social/Educomunicação. Em ambas as perspectivas essa graduação, inédita, traz por princípios 11 pontos, a considerar:

1. formação acadêmica geral alicerçada em teorias, metodologias e práticas que fundamentam os processos de produção científica, tecnológica, artística, social e cultural;
2. formação baseada na interdisciplinaridade e no diálogo entre as áreas de conhecimento e os componentes curriculares;
3. trajetórias formativas na perspectiva de uma alta flexibilização curricular;
4. foco nas dinâmicas de inovação científica, tecnológica, artística, social e cultural, associadas ao caráter interdisciplinar dos desafios e avanços do conhecimento;
5. permanente revisão das práticas educativas tendo em vista o caráter dinâmico e interdisciplinar da produção de conhecimentos;

⁷ Documento elaborado por grupo de trabalho instituído pela Portaria SESu/MEC N.º 383, de 12 de abril de 2010, e atualizado em novembro do mesmo ano depois de submetido a aprovação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

6. prática integrada da pesquisa e extensão articuladas ao currículo;
7. vivência nas áreas artística, humanística, científica e tecnológica;
8. mobilidade acadêmica e intercâmbio interinstitucional;
9. reconhecimento, validação e certificação de conhecimentos, competências e habilidades adquiridas em outras formações ou contextos;
10. estímulo à iniciativa individual, à capacidade de pensamento crítico, à autonomia intelectual, ao espírito inventivo, inovador e empreendedor;
11. valorização do trabalho em equipe.

Na perspectiva do perfil de formação de egressos os dois documentos também contemplam competências, habilidades, atitudes e valores comuns. Podem ser destacados, nesse ínterim, 13 pontos similares, quais sejam:

1. capacidade de identificar e resolver problemas, enfrentar desafios e responder a novas demandas da sociedade contemporânea;
2. capacidade de comunicação e argumentação em suas múltiplas formas;
3. capacidade de atuar em áreas de fronteira e interfaces de diferentes disciplinas e campos de saber;
4. atitude investigativa, de prospecção, de busca e produção do conhecimento;
5. capacidade de trabalho em equipe e em redes;
6. capacidade de reconhecer especificidades regionais ou locais, contextualizando e relacionando com a situação global;
7. atitude ética nas esferas profissional, acadêmica e das relações interpessoais;
8. comprometimento com a sustentabilidade nas relações entre ciência, tecnologia, economia, sociedade e ambiente;
9. postura flexível e aberta em relação ao mundo do trabalho;
10. capacidade de tomar decisões em cenários de imprecisões e incertezas;
11. sensibilidade às desigualdades sociais e reconhecimento da diversidade dos saberes e das diferenças étnico-culturais;
12. capacidade de utilizar novas tecnologias que formam a base das atividades profissionais;
13. capacidade de empreendedorismo nos setores público, privado e terceiro setor.

Com turmas iniciais vigentes desde agosto de 2010, o novo curso da UFCG demandou quase três anos até a finalização do PPC, sendo considerado um marco inovador no campo da Comunicação. Em junho de 2014, consolidadas as normatizações de estágio, atividades complementares flexíveis e de trabalhos de conclusão de curso, o bacharelado foi submetido a processo de reconhecimento pelo Inep/MEC⁸. Iniciou-se, então, um processo de revisão das propostas de formação discente, prerrogativa contemplada no BIs e pressuposto recorrente, epistemologicamente, na Educomunicação.

Em 2018, dentro de políticas públicas de educação cuja legitimidade é questionada no contexto em que o governo vigente decorre da destituição, em impeachment, da presidente eleita em 2014, Dilma Roussef, a aplicação da Portaria Normativa 19, de 17 de dezembro de 2017, somada à denominada Classificação Normalizada da Educação (Cine), alterou (i) os parâmetros de avaliação de cursos superiores no Brasil e (ii) os critérios de classificação de cursos por áreas de conhecimento. Desses dois trâmites surge o cenário que mostra a desfragmentação do campo da Comunicação, reduzida, em muitos de seus aspectos, ao jornalismo e suas derivações.

Consulta feita pelo Inep/MEC no segundo semestre de 2018 sugere autonomia das coordenações de cursos de graduação na aceitação, ou não, da classificação via aquilo que o governo denomina Cine Brasil 2018. Na UFCG o bacharelado em Comunicação Social/Educomunicação não concordou, por decisão do Núcleo Docente Estruturante, com a classificação dentro da Área Básica de Ingresso de Artes e Humanidades, com a área principal de Jornalismo e Informação, nem com a área detalhada Jornalismo e Reportagem, propondo a inter-relação das áreas básicas de ingressos Educação, Arte e Humanidades e Ciências Sociais, resultando no opcional Programas Interdisciplinares em Ciências Sociais, Jornalismo e Informação. Somente 6 de 71 cursos da UFCG não aceitaram a classificação.

Essas inovações nas políticas públicas coincidem com ações de coletivo docente que miram alterações no PPC do curso da UFCG. A principal delas condiz a atendimento de reivindicação dos primeiros egressos do bacharelado, formados a partir de 2014.

⁸ O bacharelado em Comunicação Social com linha de formação em Educomunicação foi reconhecido com conceito 4.

Ingressados em Comunicação Social, via plataforma do SISU⁹, os discentes reclamavam ludibriação, uma vez que se matriculavam achando tratar-se de um curso de Jornalismo. Acolhida essa questão, dentro da premissa da área de estar permanentemente em retroalimentação, a atualização do projeto político-pedagógico de curso passa a contemplar a alteração na denominação e, na premissa do Cine Brasil 2018, o código de curso passa a ser de Educomunicação, e não mais Comunicação Social.

Tais alterações, ainda em processamento, dependem de avaliação pela Pró-reitoria de Ensino da UFCG, que já sinalizou, através da Coordenação de Graduação, positivamente no sentido de haver alteração em nome de curso e no conteúdo integral do PPC. O aval final será dado pela Câmara Superior da UFCG, em início de 2019, com perspectiva de ingresso da primeira turma em Educomunicação, via Sisu, no semestre letivo 2019.2.

Considerações finais

A desmaterialização do fato através da sensibilização da noção de verdade nos enunciados que relacionam informação e notícia tem sucumbido as relações dos grupos de comunicação hegemônicos com a audiência. Isso afeta sobremaneira o desafio de formar comunicadores para um mercado em célere transformação, afetado especialmente pela redução do poder dos grupos produtores de conteúdo e pelo aumento no domínio pleno da indústria de tecnologia. Não basta, pois, formar quem comunica; é preciso preparar para o mundo do trabalho o comunicador que esteja atento a um protagonismo cada vez mais evidente da audiência, agora também produtora de conteúdos e co-responsável pela verdade.

O jornalismo, fechado em um feudo que estacionou no século passado e resistiu a reconhecer as novas demandas de uma sociedade conectada pelas redes sociais, é reconhecido pelas políticas públicas, no Brasil, enquanto principal área formadora de comunicadores, mas, na rotina do mundo do trabalho, se faz insuficiente. Surge, pois, a brecha para cursos de graduação que, com o princípio de interdisciplinaridade curricular, contemplam as demandas sociais contemporâneas e formam egressos com a multifacetada característica de restringir o perfil de atuação.

⁹ Sistema de Seleção Unificada, adotado pelo MEC como parâmetro de avaliação para transição do ensino médio para o ensino superior no país.

O bacharelado em Educomunicação da Universidade Federal de Campina Grande aparece nesse cenário como promissora opção para a formação de agentes mediadores entre o caos que submete a descrédito cada vez maior a mídia hegemônica e uma audiência cada vez mais participativa e agente protagonista de sua própria ação comunicativa.

Em meio a esse cenário há, ainda, a salutar tarefa de administrar as tentativas das políticas públicas de alterar o perfil de formação no ensino superior do país, influenciadas por ações externas que de forma ingrata colocam a realidade educacional brasileira no patamar dos demais países que compõem os blocos dos 5 continentes do planeta. Resistência, pois, continua sendo a palavra-chave do pensamento comunicacional latino-americano e, por conseguinte, da Educomunicação, cujo lema é contestar, com fundamentos.

REFERÊNCIAS

BACCEGA, M. A.. Comunicação: interação emissão/ recepção. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 23, p. 7-15, apr. 2002. ISSN 2316-9125. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37011>>. Acesso em: 31 oct. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i23p7-15>.

BELTRÁN, L. R.. **Comunicação dominada**: os Estados Unidos e os meios de comunicação da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

D'ANCONA, M. **Pós-verdade**: a nova guerra contra fatos em tempos de fake news. Barueri, SP: Faro Editorial, 2018.

ELIAS, N.. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

FREIRE, P.. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 1979.

GRAMSCI, A.. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 7. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

MESSIAS, C.. A epistemologia da educomunicação em aferição: por uma contextualização de *habitus* no paradigma educacional. 2017, 265 p. **Tese**

(Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

____. Duas décadas de educomunicação: da crítica ao espetáculo. 2011. **Dissertação** (Mestrado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

MORAES, D. de.. **Crítica da mídia & hegemonia cultural**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

SOARES, I. de O.. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação**. São Paulo: Paulinas, 2010.